

29/09/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NOS EMB.DECL. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.757 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADV.(A/S) : SACHA CALMON NAVARRO COELHO
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: AGRAVO INTERNO NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS PELA UNIÃO À TÍTULO DE CONDENAÇÃO. REGIME DE PAGAMENTO POR PRECATÓRIOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA NOS TERMOS DO ART. 85, §3º, I, DO CPC/2015. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS COM BASE NO VALOR ATRIBUÍDO A CAUSA. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DA VERBA SUCUMBENCIAL, FIXADA EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA (AO QUAL A PRÓPRIA AUTOR ATRIBUIU O VALOR DE R\$ 100.000,00 – CEM MIL REAIS). BOA FÉ-PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE DA *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM*. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Código de Processo Civil de 2015 ainda utiliza, mesmo que de forma subsidiária, o valor da causa como critério de quantificação da condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

2. *In casu*, a ação foi ajuizada ao tempo do CPC/1973, quando se utilizava o valor da causa como critério para fixação do valor dos honorários advocatícios.

3. Tendo o próprio autor definido o valor da causa quando da propositura da inicial, utilizar critério diverso apenas para a fixação dos honorários advocatícios atentaria contra o princípio da boa-fé objetiva, da qual deriva o subprincípio da vedação do *venire contra factum proprium*.

ACO 2757 ED-AGR / RJ

4. Mantida a fixação dos honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa (ao qual se atribuiu o valor de R\$ 100.000,00 – cem mil reais), nos termos do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015
5. Agravo interno a que se nega provimento.
6. Agravo interno a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento virtual de 22 a 28/09/2017, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2017.

Ministro **LUIZ FUX - RELATOR**

Documento assinado digitalmente

29/09/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NOS EMB.DECL. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.757 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADV.(A/S) : SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO
AGDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo interno interposto pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, contra decisão na qual desprovi os embargos de declaração por ela manejados, em *decisum* assim ementado:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. ALEGADA OMISSÃO E OBSCURIDADE DA DECISÃO EMBARGADA QUANTO A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS E A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INEXISTÊNCIA DE TAIS VÍCIOS. AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. VALOR DA CAUSA DEFINIDO PELO AUTOR. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. VEDAÇÃO DO VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.”

Em suas razões, a agravante insurge-se exclusivamente quanto à não definição da atualização dos valores tributários a serem restituídos pela União e a fixação de honorários advocatícios estabelecidos com base no valor da causa, nos termos do art. 85, § 3º, I, do CPC/2015.

É o relatório.

29/09/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NOS EMB.DECL. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.757 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): A presente irresignação não merece prosperar. Isso porque, em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que a agravante não trouxe nenhum fundamento capaz de infirmar a decisão hostilizada, razão pela qual deve ela ser mantida.

Ab initio, ressalto que o presente recurso não se volta contra o mérito da decisão agravada, mas tão somente à parte na qual fixei o valor dos honorários advocatícios a serem pagos pela União e ao critério de atualização dos valores dos impostos federais a serem restituídos à agravante.

Quanto aos honorários advocatícios arbitrados, tenho que a mudança de critério na fixação dos mesmos não merece ser acolhida. Primeiramente, como já salientado na decisão agravada, destaco que o CPC/2015 não deixou de utilizar o critério do valor da causa como instrumento de mensuração do valor dos honorários advocatícios, ainda que o tenha feito subsidiariamente ao valor da condenação ou do proveito econômico obtido. É o que decorre do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Para além disso, destaco que a ação foi ajuizada ao tempo do CPC/1973, quando se utilizava o valor da causa como critério para fixação do valor dos honorários advocatícios. Frise-se que, à época, o valor da causa foi indicado pela própria autora em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não sendo objeto de posterior alteração ou impugnação, tendo sido esse o parâmetro utilizado, inclusive, para recolhimento de custas judiciais.

ACO 2757 ED-AGR / RJ

Nesse sentido, além da vedação imposta pelo postulado do *venire contra factum proprium* (proibição de comportamentos contraditórios), nos moldes do que ficou consignado na decisão agravada, tenho que, *in casu*, em razão do imensurável proveito econômico e levando em consideração o disposto no § 2º, do art. 85 do CPC/2015, mormente o fato de a presente demanda já ter logrado êxito, entendo ser o caso de fixação dos honorários nos termos em que definido nas decisões recorridas.

Outrossim, quanto ao critério de atualização dos valores tributários a serem restituídos à autora, tenho que também nesse particular não merece acolhimento o pedido da agravante. Isso porque, sendo a condenação imposta à União, os valores devidos serão, a princípio, pagos mediante a sistemática dos precatórios. Dessarte, as regras aplicáveis ao pagamento, incluindo critérios quanto à atualização de valores, serão aquelas específicas pertinentes ao regime de pagamentos por precatórios no âmbito federal, a serem observadas na fase de cumprimento de sentença. Ademais, ainda que assim não o fosse, a atualização da monta pretendida pela agravante através da Taxa Selic não teria aplicabilidade ao caso dos autos, posto que desarmonica ao que já ficou decidido por esta Corte quando do julgamento das ADI's 4.357/DF e 4.425/DF, ambas de minha relatoria.

Reputo, assim, não haver equívoco na decisão agravada, de tal sorte que eventual necessidade de atualização da monta será objeto de fixação pelo juízo competente ao cumprimento de sentença. Quanto à fixação dos honorários, mantendo-os nos termos em que fixados, qual seja, 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, indicado pela própria autora em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Ex positis, **nego provimento** ao agravo interno, mantendo-se a decisão agravada.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NOS EMB.DECL. NA AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 2.757

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AGTE.(S) : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

ADV.(A/S) : SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO (9007/MG)

AGDO.(A/S) : UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator. Primeira Turma, Sessão Virtual de 22 a 28.9.2017.

Composição: Ministros Marco Aurélio (Presidente), Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Disponibilizou processo para esta Sessão o Ministro Edson Fachin, não tendo participado do julgamento desse feito o Ministro Alexandre de Moraes por sucedê-lo na Primeira Turma.

Carmen Lillian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma